

O sentido da luta pela terra e as estratégias da luta camponesa frente à espacialização do grande negócio no território do Norte de Minas Gerais, Brasil[♦].

Maria das Graças Martins Bibiano^{♦♦}

RESUMO

A proposta de reflexão, neste artigo, como objetivo de pensar a condição camponesa, o sentido da luta pela terra e pelo modo de vida camponês. Pretende-se por este, ainda refletir sobre as estratégias e as experiências pelas quais e sobre as quais as famílias, que têm na terra o fundamento da (re)produção da vida, constroem a mobilização para a luta e para a resistência no campo. A luta camponesa, necessária devido às condições históricas de concentração fundiária, perpassa a história brasileira no tempo e no espaço, demonstrando que há uma efetiva motivação para tal permanência (em luta) e que, seu fundamento está na relação com a terra. O que nos parece ser elemento fundante dos movimentos sociais rurais. Percebemos, atualmente, um arrefecimento e, mesmo aniquilamento, de importantes movimentos sociais urbanos (associações de bairro, movimentos estudantis, de jovens, entre outros) que, no passado, alcançaram visibilidade e influenciaram ações sociais do Estado, enquanto os movimentos sociais rurais, ainda que, com altos e baixos, permanecem atuantes e em alguns momentos, bastante combativos. Diante da ausência de uma política de terras que atendesse a uma fração da sociedade que, vivendo no campo, encontra-se empobrecida e pressionada, esta vê-se compelida a reagir numa luta pela terra, que tem para essa parcela da sociedade brasileira o sentido da sua existência e, portanto, uma resistência camponesa. Essa resistência fundamenta-se na constituição e manutenção de um modo de vida que está definitivamente ligado à terra e à família na sociedade camponesa.

The direction of the fight for the land and the strategies of the fight peasant front to the “espacialização” of the great business in the territory North of Minas Gerais, Brazil.

ABSTRACT

The reflection proposal, in this article, as objective to think the condition peasant, the direction of the fight for the land and the way of life peasant. She intends yourself for this, still to reflect on the strategies and the experiences for which and on which the families, who have in the land to the bedding of (reverse speed) the production of the life, construct the mobilization for the fight and the resistance in the field. The fight peasant, necessary who had to the historical conditions of agrarian concentration, “perpassa” Brazilian history in the time and the space, demonstrating that it has an effective motivation for such permanence (in fight) and that, its bedding is in the relation with the land. What in them it seems to be fundante element of the agricultural social movements. We perceive, currently, a cooling and, exactly destruction, of important urban social movements (associations of quarter, of student movements, of young, among others) that, in the past, they had reached visibility and they influenced social actions of the State, while the agricultural social movements, despite, with high and low, they remain operating and at some moments, sufficiently militant. Ahead of the absence of one land politics that took care of to a fraction of the society that, living in the field, meets one became poor and pressured, this is seen compelled to react in a fight for the land, that has for this parcel of the Brazilian society the direction of its existence and, therefore, a resistance peasant. This resistance bases on the constitution and maintenance in a life way that is definitively on to the land and the family in the society peasant.

O camponês contemporâneo brasileiro

O entendimento do conceito de camponês e, quem é camponês contemporâneo põe-se como princípio para a discussão que se segue, por acreditar, ser este, um dos conceitos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento sócio-espacial do Assentamento Rural Tapera, ente empírico ora estudado. Concernentes a este termo, são várias as concepções teóricas, políticas e ideológicas que o permeiam e lhe dão significado.

[♦]Este artigo se constitui como parte da pesquisa de Mestrado, financiado pela CAPES, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini – UFMG.

^{♦♦} Participante do Programa de Pós-graduação da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Porém o que lhe dá sentido, acima de tudo é vida camponesa que se re-estrutura conforme as condições. Consideraremos que por mais amplo que um conceito possa ser, este está (e assim deve ser) sempre sendo questionado, re-atualizado e, neste sentido, modifica-se e se enriquece. Modificação e enriquecimento estes que se dão porque estão contidos no movimento do real, onde o conceito se manifesta e se re-apreende. Tomaremos então consciência de que por mais que este se aproxime do real o segundo será sempre mais rico, complexo e surpreendente.

Kautsky (1980), considerando que a sociedade industrial e camponesa são partes de um mesmo conjunto da evolução social que, observada em um determinado momento histórico, demonstra a superioridade técnica da exploração capitalista em relação à agricultura familiar, o que, por sua vez, reduz o camponês a um trabalhador subordinado ao capital. Kautsky considerou a sociedade camponesa re-inserida na nova organização sócio-econômica, ainda que forma subordinada, e não externa a ela. A fundamentação do argumento deste autor se dá pela demonstração da forma como o modo de produção capitalista desestruturou o modo de vida camponês, fortemente sustentado em suas relações de produção, destruindo suas práticas de auto-sustentação, alcançando organizações associadas, como a indústria doméstica camponesa.

O camponês contemporâneo definitivamente, apesar de não ter desaparecido, como afirmava Kautsky, foi expropriado de todas as condições de produção de uma indústria doméstica que o tornava autônomo na reprodução de sua vida. Este foi subordinado pelo modo capitalista de produção que o destrói e exclui como camponês autônomo na produção e atendimento de suas necessidades para reinseri-lo conflituosamente, como trabalhador camponês dependente e subordinado ao modo de produção capitalista.

Por sua vez, Alexander Chayanov (1974) preocupou-se em demonstrar que há uma estratégia de sobrevivência do camponês, apesar de estarem fortemente pressionados, seria difícil pensar o seu fim definitivo devido à capacidade de adaptação camponesa; especialmente pela característica de sua organização de produção ser resultante do esforço produtivo diretamente relacionado com a satisfação das necessidades de reprodução da família fundada na terra.

Para Mendras (1978) a primeira característica que se pode observar, de modo geral, no camponês é a identificação afetiva com a terra, o camponês, acima de tudo, ama a terra. A terra para ele tem significado de liberdade, de alívio dando-lhe as primeiras condições para sua autonomia. Há, assim, fortes laços de ligação entre as gerações que cultivam a terra, o que faz com que uma sociedade camponesa tenha sua identidade intimamente ligada à linhagem familiar e à unidade familiar na sua condição de grupo, unidade. A família, para Mendras, é o mais importante pilar da constituição das relações na sociedade camponesa. O camponês relaciona-se com “os de fora” com desconfiança, contudo, sabe que, este, “o de fora” traz uma compreensão outra que poderá se somar à sua ajudando-lhe a decodificar um mundo externo ao seu. Sem dizer das impressões que o forasteiro poderá divulgar adiante: o camponês espera reconhecimento do seu “bom nome”.

Lênin (1982) identifica a introdução da *divisão social do trabalho* e do emprego de máquinas na economia russa, como elementos propulsores da entrada da agricultura no processo de produção industrial, por meio da “*separação entre as indústrias transformativas e extrativas a separação entre manufatura e agricultura*” (LENIN, 1982:14), anteriormente unidas na agricultura. O que levou a agricultura, então especializada, a participar da economia como uma “peça de uma engrenagem” mais ampla que se expressa na divisão internacional do trabalho.

Este autor identificou, no desenvolvimento do capitalismo na Rússia e desintegração do campesinato, três tipos de camponês, o camponês rico, o médio e o pobre (inclusive o assalariado). O primeiro subjuga não apenas o último, bem como, o camponês médio que não possui condições totalmente autônomas em relação a este, por não ter acesso amplo às tecnologias como o rico camponês e, por não contar com as relações de produção anteriores à entrada do capital na economia russa.

Uma das importantes contribuições teóricas para se compreender os problemas das populações rurais, segundo Chanin (1980) tem seu marco histórico em Lênin. Para quem a intensificação do capitalismo no campo resultaria na emergência de classes antagônicas, constituídas basicamente de uma pequena parcela de camponeses capitalizados, integrados, e de outra classe convertida em proletariado na sua grande maioria. Ou seja, a partir da “*lógica das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais*”. (CHANIN, 1980:55). Essa foi a avaliação inicial de Lênin que, tempos depois, admitiu exageros nas suas primeiras conclusões e aceitou a “*permanência de traços camponeses*” (ibidem). Enfim, o camponês, que subjuga para se apropriar do trabalho de outro camponês pode ser considerado ainda camponês? Seria adequado denominar camponês aquele que já não possui os fundamentos básicos para serem

assim classificados? Ou o camponês transitou para a condição de capitalista do campo, na medida em que se apropriou do trabalho do outro, como condição de produzir e acumular riqueza? Talvez seja mais adequado considerar o “*camponês rico*” de Lênin, um capitalista rural. Devido às características, que qualificam o camponês, serem as daquele que subtrai do trabalho campo, sua reprodução; mas é fundamentalmente aquele que tem por base o trabalho familiar (ainda que, sazonalmente, que este contrate algum trabalho necessário para realizar alguma atividade) e, cujo sentido seja o de reprodução da vida e não da reprodução ampliada da riqueza monetária.

Chanin, ao analisar elementos mais recentes¹, afirma que aparentemente eles querem dizer que “*os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas*” (ibid:58). Em comparação com o clássico estabelecimento rural familiar camponês de Kautsky, o camponês e a sua produção cumprem um papel social (não apenas econômico) ainda que marginalizado. O camponês faz parte de um contexto societário mais amplo e, buscar a compreensão desse sujeito social sem ter em conta como a “*história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia*” (CHANIN, 1980:69), seria pensar as relações humanas pelas estruturas e não pela sua complexidade. Portanto, para além do *modo de produção*, para Chanin, é necessário que se busque categorias de análise que possam ajudar a compreender o camponês na sua diversidade produtiva (muito além da econômica), ou, seria cair no equívoco de querer apreender o objeto por ele mesmo e, por si só as “coisas” não se explicam.

José de Souza Martins (1983), que esclarece que na sua concepção de camponês não está incluído o trabalhador assalariado do campo (porque este já está inserido no processo de proletarização e por isso, diretamente submetido às relações capitalistas de produção), afirma que, no Brasil, o conceito de “*camponês*” e “*campesinato*” é recente. Aquele trabalhador que se parecia com o camponês europeu tinha, em meados do século XX, as denominações regionais: “*caipira, caboclo, tabaréu, caiçara*”. Dependendo de cada situação e de cada momento estes ganharam “*duplo sentido*” quase sempre de modo depreciativo da figura do camponês. Na condição de representantes dos que vivem em “*outro lugar*”, às margens da sociedade que se modernizava; distantes das cidades, relacionados com o atraso, o rústico, o ingênuo, o tonto e, por vezes, preguiçoso. Da mesma forma que os proprietários de terra também tiveram suas designações: *estancieiros, fazendeiros, senhores de engenho, seringalistas*. Para mais tarde e modernamente serem denominados *latifundiários*². Afirma este autor, que estas são palavras de forte teor político, pois estão

“*enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.*” (MARTINS, 1983:22).

Portanto, por motivo de ser esta uma concepção tão particular e diferente da concepção de camponês formulada na literatura clássica européia, este autor expõe a dificuldade de se fazer um *transposição* do conceito sem os devidos cuidados. Alertando da complexidade existente na organização da produção no campo e, que devido a essa complexidade, dificilmente poder-se-á entender as relações que se constituíram no campo pela mediação do pagamento em dinheiro, o que violentaria o “*vínculo real que faz da produção direta dos meios de vida*” (ibid:24).

Na lógica de mercado, o lugar político desse sujeito que tende a se tornar um *excluído* dos processos produtivos para, em outro momento tende a ser re-introduzido na condição proletariado e no subemprego. Assim, como um *excluído*, segundo J. S. Martins, este camponês vai ser alcançado pelos sujeitos políticos (*os mediadores*). Como um alguém que além de ser conduzido à uma *aliança precária* precisa ser *conscientizado*. A própria precariedade da construção do conceito ou a inexistência de um conceito ou categoria que se fizesse presente nos debates políticos já dão indícios não só do *escamoteamento* do conceito, bem como do modo “*como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído*” (ibidem: 25), a exemplo da pouca importância dada aos fatos históricos dos quais os camponeses foram sujeitos na história brasileira oficial e da sua contribuição na produção social.

¹ Exemplificando que mesmo o líder do Banco Mundial admitiu haver no mundo centenas de milhões de pequenos produtores rurais até o fim do século.

² Proprietários de vastas extensões de terras exploradas pelo trabalho assalariado ou relações análogas com a finalidade de produzir e acumular riqueza para aquele que detém o direito de propriedade e exploração. A produção dessas terras tem como primeiro objetivo a troca, portanto, tratando-se de uma produção de mercadorias.

A exclusão do camponês no Brasil ocorre de diferentes formas em diferentes momentos históricos. Se em um primeiro momento esta se dá pela concentração fundiária baseada no “sangue puro”, noutro, o camponês é impedido alcançar a propriedade da terra para se constituir em força de trabalho para os grandes proprietários de terras e mais tarde para a indústria. O camponês brasileiro formou-se nas contradições impostas pelo avanço do capitalismo, na exigência pela força de trabalho a baixo custo. Para Martins, este estava excluído das relações de propriedade, sem estar excluído da propriedade, na qual seu trabalho foi essencial ao equilíbrio social, político e econômico do país (MARTINS, 1983).

Pode-se dizer que a luta norteia a constituição do camponês brasileiro: a luta pela vida, pela terra, por questões que não eram suas, mas que lhe dava proteção/garantias, a luta pela participação política, contra o esfacelamento das suas relações, cultura e sua mística, a luta pelo seu modo de vida que se fundamenta no trabalho familiar e na terra. Esse sujeito, *desenraizado*, ou na iminência de sê-lo, tem na sua essência a luta pelo seu *enraizamento*, nos termo de Haesbaert, *reterritorialização* – esta necessariamente tem como precedente a *desterritorialização*.

No entanto, é também necessário considerar que a economia camponesa está integrada à economia mais geral e, portanto, não é fechada, muito menos isolada. As atividades produtivas do camponês, não só aquelas destinadas à sua economia, estão atreladas à atividade humana mais geral, a segunda contém a primeira. Contudo, sua característica principal é de produzir aquilo que fazem parte da sua cultura material (sem que lhe escape a imaterial) e a organização dessa produção influenciará definitivamente o modo de vida camponês. Em primeiro lugar, o camponês produz para o sustento de sua de família e, por vezes, produz alguns de seus meios de produção. Mesmo quando esse camponês comercializa o seu excedente ou suas *sobras*, este o faz com objetivos bem definidos de obter o dinheiro que lhe possibilitará o acesso aos bens, os quais ele não produz. Uma das estratégias do capital para subordinar a produção camponesa, como demonstra Kautsky, foi sucumbir a produção da indústria doméstica do camponês, obrigando-o a recorrer ao “mercado” para vender e comprar os bens necessários ao seu consumo. Isso o faz menos camponês? Somente se não for aceito que, como a sociedade inteira, este também está em constante transformação. O camponês contemporâneo torna-se um outro camponês, capaz de absorver informações e técnicas novas sem perder a condição de adaptação dessas à sua realidade. Este, inclusive, vê-se obrigado a constituir novas relações, uma vez que as suas relações tradicionais vão-se desestruturando ao logo do tempo e se reconstruindo em um outro patamar e em outro regime de produção que tende a submetê-lo e fazê-lo refém. A característica que por princípio identifica desde o camponês clássico até o camponês contemporâneo é constituição das relações familiares. A família é a base para ampla produção camponesa, que no decorrer do processo histórico passou a exercer, basicamente, a atividade da agricultura, diferentemente do camponês clássico europeu que antecedeu e conviveu com os processos iniciais da industrialização, retratado e desmistificado por Kautsky.

O camponês norte-mineiro, específico e culturalmente adaptado às condições naturais com as quais construiu todo um saber ligado ao território, que lhe confere identidade (HAESBAERT,1997), tem seu modo de vida, sua linguagem e ritmo ligados ao lugar, ao seu território. Território esse, não só constituído pelas disputas, controle e exploração, mas também pela *apropriação* (LEFEBVRE, 1967), pelos saberes, costumes e *práxis*, num aprofundamento do conhecimento da/na natureza que se impõe aos grupos sociais e cobra-lhe reação. O que, em grande medida, é perdido (ainda que parcialmente) ou ao menos posto a prova, quando a racionalidade da modernização capitalista se impõe engendrando uma ordem outra que desarticula as *forças produtivas e relações de produção* que lhe são conflituosas.

Quando a monoprodução, ícone da modernização no espaço rural, instaura-se nos espaços onde vivem *povos tradicionais* (quilombolas³, indígenas, camponeses) que têm uma relação mútua com a natureza, algo de estrutural é rompido, impondo a esses povos uma nova adaptação, conflituosa na maioria das vezes. Para Mazzeto Silva, “*o modo de vida e de produção desenha um ordenamento territorial próprio, resultante de uma interação entre cultura e ambiente, que escapa da subordinação às lógicas modernas mercantilistas, reducionistas e homogeneizadoras.*” (Silva, 2006:107). Portanto, apesar de fazer parte da produção da sociedade inteira, a produção camponesa contesta os moldes hegemônicos dessa produção, pondo-se como resistência, como uma alternativa, outra, de produzir a vida.

A riqueza da vida do camponês extrapola as concepções economicistas que tentam, em vão, enquadrá-lo e por vezes exterminá-lo prejudgando o seu fim. O modo como este se organiza, luta, re-existe e permanece

³ No período da escravidão no Brasil, muitos negros escravos conseguiram fugir formando “distantes das fazendas” comunidades que se auto-sustentavam chamados quilombolas. Remanescentes desses povos hoje ainda lutam pelo direito ao seus territórios recentemente reconhecidos pelo Estado Brasileiro.

esclarece sua capacidade em lidar com a terra para além de sua condição produtiva de víveres. A *lida* com a terra, e com as coisas da terra, dá o sentido do ser camponês e se reproduzir enquanto tal, “*transcendendo, dessa forma, à acepção da terra como objeto de trabalho para, então, assumir a expressão de uma moralidade que se realiza no plano ético*” (BEDIM, 2007:107). O Amor pela terra e a família dão-lhe fundamento e sentido do existir.

Camponês do Norte de Minas Gerais território e identidade a partir do camponês do Tapera.

Como método de análise para compreendermos o Assentamento Rural Tapera no bojo das reflexões sobre o campo brasileiro, partimos da descrição da paisagem, de como esta se manifesta, com o objetivo de alcançar sua essência. É Henri Lefebvre quem nos revela a riqueza da paisagem, como “porta de entrada” para a compreensão dos fenômenos e contradições que se encontram nos fundamentos de determinado processo que a paisagem revela: “(...) *cada elemento residual (do ponto de vista da potência construída em mundo) contém de precioso e de essencial*” (LEFEBVRE, 1967:68).

Objetiva-se assim, a partir desta descrição do Assentamento Tapera, desenvolver reflexão sobre o território e a identidade camponesa nele constituindo e, tendo-o como fundamento, compreender tal identidade territorialidade mais ampla, qual seja o do Norte de Mineiro, rico em especificidades que o caracteriza, mas cuja representação socialmente construída se estabelece muito aquém do que comporta aquele lugar. Assim, de pesquisas que consideram o norte mineiro para além desta representação, emerge um espaço rico, inclusive em contradições. É neste contexto que se insere o trabalho de Dayrel (2000), cuja pesquisa revela (e espacializa) os povos do norte mineiro que, a partir de sua intrínseca ligação com o lugar, conformou culturas específicas, sendo esta, certamente, uma das riquezas desconsideradas na representação acerca do Norte de Minas e que, no limite, se situa na modernização (im)posta para aquele espaço.

É preciso reconhecer a riqueza do povo sertanejo norte mineiro, expressa na e pela cultura dos grupos que, camponeses, são muitos, pela diversidade das relações estabelecidas no e com o território/lugar, que vai desde a atividade extrativista, passando pela *agricultura*, artesanato, até as práticas de manejo, que no limite, revelam a renovação das práticas pelo reconhecimento de novas necessidades, como a da preservação ambiental. Ainda que orientada por uma nova questão, qual seja a ambiental, a inscrição desta se dá pela mobilização do conhecimento acumulado por gerações, neste sentido cultural, que se adapta às novas necessidades colocadas. Mas que, apesar de nova, é fundamentalmente orientada pela reprodução da vida nos termos culturalmente construídos, o que não se faz possível sem o estabelecimento do equilíbrio entre as necessidades da terra (ou do ambiente como um todo) e do trabalhador. Neste sentido, o que há e que é mobilizado é o conhecimento do *senso comum*, derivado da partilha entre aqueles que o produzem e o acumulam e que dele se beneficiam renovando-o, porque a ele se acrescenta a partir dos experimentos novos e interpretações diversas que, nos termos de José de Souza Martins (2008:51-58) ergue-se e opõe-se ao crédito único e exclusivo do conhecimento científico. E, no caso do Assentamento Rural Tapera, se revela como um de seus pilares de resistência.

O conhecimento é histórico e não tem certidão de propriedade é coletivo tanto na construção quanto na produção. Não apenas o camponês do Norte de Minas, mas aquele que existiu em todo o Brasil teve como herança os saberes de tribos indígenas, de parte dos europeus (especialmente portugueses e bem mais tarde outros como os italianos na migração de fins do séc. XIX início do séc. XX) e de indivíduos e grupos vindos de várias regiões do continente africano. Conhecimentos que, somados, resultaram no saber do camponês brasileiro, a partir da adequação destes saberes às variadas condições ambientais existentes neste país. Essa convergência de técnicas e conhecimento e tudo mais que vinha consigo deveria ser re-elaborada e adaptada às exigências, necessidades e condições do grupo social e/ou unidades produtivas e, portanto, cada *lugar* contém um pouco dessa amálgama cultural. Contudo, cada cultura, fruto do acúmulo das atividades sociais – *relações entre sujeitos - a práxis*, a repetição criadora – *inerente à educabilidade* (na relação pai e filho, mestre e aprendiz... a superação) a *mimésis* e a capacidade criadora do homem em relação à natureza -a *poésis* (LEFEBVRE, 1967:62-68) constituiu-se com as suas especificidades e riquezas na diversidade. O que faz deste camponês, único entre os camponeses.

O Norte de Minas se não configurou, até os anos de 1970, em espacialidade central da modernização espacial sob a égide da racionalidade econômica, sendo que ali não foram estabelecidas atividades produtivas centrais para a economia brasileira. Contudo, lá foram estabelecidas atividades marginais a esta modernização econômica, ainda baseada em relações arcaicas, que tiveram influência sobre a organização social e política do

lugar. Estabeleceu-se ali a criação de gado, que por sua vez remonta ao período da mineração a partir do século XVIII (principalmente na bacia do Jequitinhonha). Essa forma de ocupação contribuiu para “*as bases do patrimônio cultural sertanejo*” (RIBEIRO, 2000:97), que se formaram sob a influência deste e de outros vários sujeitos do processo de ocupação e da produção do norte mineiro. Darcy Ribeiro ao descrever a formação do sertão com distribuição de terras baseada e extensa sesmarias afirma que

“*cada uma delas com seus currais, por vezes distanciados dias de viagem uns dos outros, entregues aos vaqueiros. Estes davam conta do rebanho periodicamente, separando uma rês, como pagamento, para cada três marcadas para o dono. Assim o vaqueiro ia juntando as peças do seu próprio rebanho, que levaria o para zonas mais ermas, ainda não conhecidas, nem alcançadas pelas sesmarias*” (RIBEIRO, 2006:308)

No sentido de garantir sua reprodução as famílias envolvidas na criação do gado que se interiorizava cada vez mais, alcançando o isolamento, tiveram diante da atividade de lavrar a terra a possibilidade não apenas de reprodução de sua vida à margem daqueles processos exploratórios dos engenhos, bem como se ocuparam de, na relação com a natureza, produzir um novo modo de vida (ibid:308-309). Se, por um lado foi uma condição marginal, por outro, pelo fato de não estarem no centro das intenções, tiveram a condição de se reproduzirem, a partir de sua própria condição que ali foi camponesa, lavrar a terra e desenvolver amplamente suas atividades. Formavam-se assim, entre as grandes extensões de terras (as fazendas criadoras de gado “a solta”), e por vezes dentro delas, uma sociedade camponesa no Norte de Minas que viria a se constituir numa sociedade camponesa do Norte de Minas. Entre estas, estavam as famílias que foram expulsas das terras anteriormente cultivadas (com a anexação dessas às grandes áreas produtivas, fazenda, engenho, entre outros), mestiços de brancos e índios, negros “fugitivos” e “libertos”. “*Em torno das fazendas de gado se constituiu uma economia camponesa baseada na agricultura, cuja produção teve, em geral, uma expressão mais local e regional*” (RIBEIRO, 2000:60) e o contingente negro, mulato, mestiço que foi se formando nesses territórios tinha por característica a liberdade também vivendo da criação do gado e do pequeno comércio (RIBEIRO, 2000). Portanto, na conformação do território estava posta a condição de resistência aos processos expropriatórios e de subordinação das famílias trabalhadoras no campo brasileiro. Essas resistências podem ser percebidas atualmente no modo como essas famílias camponesas se expressam tanto cultural, quanto economicamente.

No assentamento Tapera, por exemplo, todas as famílias dominam o cultivo de plantas, como a mandioca, que significa alimento para o corpo, mas também o acúmulo do saber, da cultura, enfim. Isso pode ser percebido pela preocupação em se construir no galpão da associação uma “fabriqueta” de farinha de mandioca e goma (realizadas atualmente nas casas para uso doméstico e na Cooperativa Grande Sertão para comercialização) que servirá às intenções econômicas do grupo, bem como às necessidades da sua culinária, parte importante da constituição cultural dos camponeses do Tapera. Essa é uma atitude que se apresenta como forma de aproveitar como fonte de rendimentos de um saber histórico derivado das condições do lugar. Planta mandioca, aquele que vive no lugar de pouca disponibilidade hídrica e com limites a algumas outras culturas. A mandioca⁴, planta nativa domesticada pelos grupos indígenas do *tronco Tupi*, pode ser armazenada no próprio solo durante meses no período seco e, na forma da farinha e da goma nos meses chuvosos (RIBEIRO, 2006:28). Muito significativo é o fato de estar o hábito da farinha associado ao Norte e não ao sul, sudeste ou norte do Brasil ou ao norte de Minas e não ao sul ou regiões centrais do estado de Minas Gerais.

Ribeiro (2000) destaca que a paisagem do sertão, de um modo geral, foi profundamente transformada ao longo da formação e produção do espaço da *sociedade sertaneja* – especialmente dos anos da década de 1960 em diante. A partir das novas condições (reprodução do espaço com a construção dos equipamentos de circulação e transportes) para a nova intervenção capitalista no espaço de *domínio* do cerrado como um todo que, inicialmente, se constituiu na formação de um pólo siderúrgico, sendo que as “árvores baixas e retorcidas” do cerrado serviram como base energética. E, após a retirada destas, a inserção do “*pau que nasce certo*”, de grande porte, mas de impacto de mesma proporção, o eucalipto, base do carvão vegetal produzido para as siderurgias instaladas, inicialmente, no Leste, Nordeste Mineiro (OLIVEIRA, 2007).

No bojo deste processo, as áreas de cerrado foram transformadas na *nova fronteira de expansão agrícola*, principalmente para a agricultura monocultora de exportação, a “modernização” da criação de gado e, principalmente, no Leste e Norte de Minas, no monocultivo de espécies arbóreas (eucalipto e pinos) para a produção de carvão e celulose.

⁴ Mais adiante retomaremos essa discussão sobre a importância da mandioca na cultura do camponês norte mineiro do Tapera.

A magnitude do processo chamou a atenção de determinadas instituições, como a Comissão Pastoral da Terra, e Organizações não governamentais que se constituíram em importante apoio para os expropriados ou aqueles em via de expropriação. Pode-se dizer ainda que, pela expulsão ou pela ameaça desta, foi possível construir ou atribuir um novo conteúdo no processo de reprodução dos envolvidos e ameaçados, em que, ainda que circunscrito em precariedades, catalizou (ou colocou como única alternativa) a constituição destes indivíduos em agentes reprodutores de sua existência e do seu destino. A pressão extremada fez *gestar* naqueles camponeses o sentido político da sua “questão”. Nesse sentido, a luta que se deu a partir da ruptura do cotidiano, quando a reprodução das condições da própria reprodução tornou-se inviável, possibilitou se construir uma nova saída com um novo sentido (MARTINS, 2008:57). Nesses termos, pode-se também afirmar que o cotidiano, além de carregar em si algo cuja aparência é de banal, repetitivo ou rotineiro, pode trazer a riqueza da realização do possível, do poder criador que dá significado das coisas (MARTINS, 2008).

Assim, quando a impossibilidade de sua realização como tal se colocou para o camponês sertanejo, este se articulou em um movimento de resistência pelo direito de (re)existir. Concomitantemente às novas estratégias de espacialização do capital, ocorreram também as lutas camponesas, de caráter político e, a partir da aproximação das diversas lutas, também de caráter mais articulado entre os movimentos de alcances locais.

De certo modo, as contradições latentes, mas acomodadas, no campo brasileiro foram mobilizadas no movimento da reprodução capitalista do espaço. O novo espaço produzido, modernizado, desestruturou relações arcaicas vigentes no Tapera, como a de parceria e formação de pastos, ocasionando, por sua vez, novas contradições sem, necessariamente terem superadas as antigas. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas propiciou ao capital uma outra produção do espaço que excluiu (o que não significou que não pudessem ser reincorporadas em outros termos) as relações de produção que se desenvolveram em um contexto anterior ao novo estágio das forças produtivas.

A partir do que foi anteriormente colocado, pode-ser afirmar que no Norte de Minas Gerais, as ações de luta camponesas se inscreveram no processo de luta contra as conseqüências dessa re-configuração espacial ocasionada pela modernização que só possibilitava a inclusão no processo produtivo de forma marginal. Neste contexto, parte considerável das antigas fazendas de criação extensiva de gado foi redefinida a partir da compra destas por empresas e/ou empreendedores, interessados principalmente no plantio do eucalipto, a partir da década de 1970, quando as condições e os incentivos governamentais, aliados às condições espaciais tornaram propícias tal expansão. Foi também neste contexto que a antiga fazenda Tapera tornou-se propriedade da empresa SICAFE, cujo objetivo é o de produzir carvão para a Siderurgia instalada em Sete Lagoas, MG e para outras siderurgias⁵. Portanto, estava posto um elemento perturbador das antigas relações de produção impondo, a todos aqueles envolvidos naquelas relações, nova reestruturação em relação ao novo contexto histórico econômico.

Com a expansão do plantio dos eucaliptais para aquele território, os *povos* que viviam das suas atividades produtivas nas condições anteriormente postas, viram-se em condição limite, que apontava para a fragilidade de sua condição frente a nova racionalidade que envolvia a propriedade da terra. A Fazenda Tapera não ficou externa a este processo. Ao contrário, foi uma das propriedades refuncionalizadas da criação extensiva de gado, que demandava grande emprego de força de trabalho (parceiros, agregados, posseiros e assalariados), para o plantio de eucalipto, que demandava terras “limpas” destes trabalhadores.

O Assentamento Tapera está situado ao sul do município de Riacho dos Machados, no Norte de Minas Gerais, Brasil. Distante das regiões de desenvolvimento econômico aquele território teria que ser construído a partir do que lhe era precário. Portanto, na origem o camponês do Norte de Minas nasce da superação. “*A região teve que forjar suas próprias condições de auto-sustentabilidade*” (GONÇALVES, 2000:22). Se por um lado no período colonial essas precariedades pressionaram o camponês, por outro, pela impossibilidade de fiscalização direto da metrópole, foi facilitada a posse da terra por quem não a podia ter formalmente.

Além dos grandes fazendeiros que se instalaram na atividade de criação de gado e, acabaram por se constituir em grandes latifundiários, instalaram-se também inúmeras famílias de agricultores pobres que, fugindo da seca ou dos cativeiros, encontraram naquele território as possibilidades de reproduzirem suas vidas. Esses agricultores camponeses trouxeram consigo sua cultura e, no contato com os conhecimentos de representantes de outros povos, formaram uma riqueza cultural que se caracteriza principalmente pela diversidade, materializada em suas diversas atividades, saberes e fazeres. Na estrutura produtiva do camponês-

⁵ Como afirmado no seu sítio eletrônico - www.sicafe.com.br, visita em 05/02/2008.

norte-mineiro a riqueza diversa, do *regime alimentar*, teve seus fundamentos na relação com a natureza. A fragilidade dos sistemas ecológicos exigiu uma relação de mútuo respeito. Para que o agricultor se reproduzisse naqueles termos o equilíbrio na exploração dos bens naturais deveriam pautar suas técnicas e práticas. Ao longo do tempo a compreensão sobre a natureza levou esses povos a encontrarem os significados da riqueza do/no Norte de Minas e fazer do domínio dessa riqueza seu modo de vida. Desenvolveu-se, nas brechas da cultura dominante – da criação de gado, uma cultura do plantio que Gonçalves chamou de *agricultura*, por se tratar de uma cultura que se desenvolveu se enriqueceu assentada nas atividades da agricultura, mas que alcança a instância da produção da vida com suas festas, religiosidades, cantigas e danças, além do balizamento do ordenamento do tempo. Esses povos apreenderam o regime da natureza e ele desenvolveu conhecimentos e habilidades que lhes garantiu a existência tal. Essa apreensão possibilitou que este camponês identificasse o comportamento e se reproduzisse em sintonia com os limites e possibilidades colocados pela natureza. Separaram e preservaram as sementes de espécies que mais se adaptavam ao clima e solos, selecionaram ervas e frutos nativos como complemento alimentar e uso farmacêutico, enfim desenvolveram uma cultura em torno das possibilidades da sua reprodução.

Esse conhecimento, repassado, acumulado e acrescido entre gerações deu ao camponês do norte-mineiro a condição de construir uma identidade. Intimamente ligada ao território às questões do lugar. Sejam *caatingueiros, vazanteiros, barranqueiros, chapadeiros ou geraizeiros* (GONÇALVES 2000), estes fizeram em estreita relação com as condições ecológicas assentados em um peculiar modo de vida e aprenderam a conviver com os limites que a seca lhes impunha e fazer desse limite um aliado. Se havia um limite para ser superado, a escassez da água, graças esse limite o cultivo da cana de açúcar não dominou o território. Se, por um lado a água era escassa, muitas áreas eram férteis e com um pouco mais de cuidado e atenção, poder-se-ia aproveitar a fertilidade das terras e água disponível. O camponês passou a se reproduzir pela superação e pela sabedoria acumulada de geração em geração, construindo assim um arcabouço de conhecimento capaz de dar sustentação nas atividades básicas às sua reprodução.

Da Fazenda Tapera ao Assentamento Tapera no contexto da modernização do espaço.

Em um primeiro momento, no Brasil, quando o sentido era de reprodução modernizadora do espaço, o campo foi negligenciado e, mais que isso, desestruturado, já que o espaço e as relações que sustentava deveriam ser amplamente redefinidas para que pudessem, então, ser envolvidos no Brasil modernizado”. Neste contexto, os saberes deste espaço foram desconsiderados como portadores de cultura a ser preservada e incentivada. Cabe ressaltar que, no limite, esta desconsideração foi, afinal, com o próprio morador do campo brasileiro, sendo este “valorizado” apenas naquilo que se constitui como o folclore nacional (com a captura de seus ritos e festas como a quadrilha e as manifestações de fé religiosa como Folia de Reis, Congado e a Festa a N. S. do Rosário). Essa negligência estendia-se também às condições materiais nas quais as famílias se estabeleceriam pelo interior brasileiro. Onde muitas famílias trabalhadoras viviam em casas improvisadas e inseguras. Conforme contam hoje, os camponeses do Assentamento Tapera, essas condições estavam postas para todos que ali viviam.

Nesse contexto, como bem registrou Antônio Cândido (1987), um novo modo de vida foi sendo construído pelos camponeses no Brasil, a partir da desestruturação de um antigo que, ao fim e ao cabo, tem seu conteúdo sustentado na forma do espaço produzido. Noutros termos, o camponês ao produzir o espaço foi por ele reproduzido, sofrendo também as transformações que a transformação do espaço lhe imprimiu tal como refletido por Henri Lefebvre (1999). Assim, novos saberes foram surgindo de adaptações de conhecimentos seculares, a saber, a partir de uma adaptação e enriquecimento da cultura indígena, africana e européia apropriadas e experimentadas pelos povos que aos poucos construindo seus territórios. Essa intensa mistura de conhecimentos variados e a adaptação desses, às condições físico-espaciais encontradas no campo brasileiro, constituiu-se em um novo saber, uma nova cultura, que, por sua vez, tal como apontado por Darcy Ribeiro (2002) guardou diversas particularidades a partir das condições geográficas específicas, formando o que este autor denominou de *diversos brasís*. Nesses termos, essa nova cultura estava intimamente ligada às peculiaridades de cada local, de cada lugar. As diferenças culturais foram construídas como resultado de uma combinação de riquezas sobre conhecimento da terra e desenvolvimento de técnicas de se viver da terra.

Contudo, no afã do crescimento econômico do país o que se viu, especialmente, a partir da década de 1950 foi uma larga adesão aos modelos agrícolas apoiados em técnicas chamadas modernas em detrimento dos saberes construídos ao longo dos séculos (OLIVEIRA, 2001), mas estreitamente vinculados a uma ordem

distante, nos termos de LEFEBVRE, (1999), cujo sentido era o de subordinar o campo aos interesses do capital industrial estrangeiro que voltado para o campo. Nesse processo, os solos, a vegetação, os recursos hídricos foram fortemente impactados, trazendo vários prejuízos ambientais, posto que o sentido era de reprodução ampliada da riqueza a partir da exploração da natureza, entendida como “recursos naturais” e do trabalho do camponês, transformado em “bóia-fria”. Além desses, a pressão por terras, os moldes latifundiários de produção no campo, trouxeram sérios prejuízos de cunho social. Os camponeses perderam o acesso a terra e, por conseqüência, o “êxodo” rural foi intenso. Tratava-se do processo de “ampla modernização”: as áreas urbanas e a emergente indústria precisavam de força de trabalho para sua construção. Muitas relações foram rompidas ao longo das décadas finais do século XX: programas do Estado que apoiaram e alavancaram o crescimento da produção agrícola nos moldes da monocultura agro-exportadora, em prejuízo das pequenas propriedades produtivas.

A Fazenda Tapera, então propriedade de Alcebino Santos, o “Major”, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA era ocupada por 41 famílias, dado que varia de acordo com os antigos moradores que afirmam que no “tempo do Major” moravam cerca de 50 famílias. Independente do número preciso de famílias, todas trabalhavam nas terras para o Major. Por sua vez, as relações de trabalho eram relativamente controladas pelo proprietário da fazenda pela “fiscalização” direta, mas também indireta possível pela presença do “tomador de conta”, mas, principalmente, pela internalização, pelos trabalhadores, da obrigatoriedade do cumprimento das suas ordens dadas. Ao que tudo indica, este período era também tempo de incertezas, não só do alimento produzido nas terras do Major, do trabalho em outras propriedades, que permitira auferir rendimentos capazes de suprir os gêneros mínimos de vida:

(...) porque antes, a gente vivia era trabalhando, a trancos e a barrancos. Um dia aqui, outro aculá, outro aqui outro aculá para ganhar o pão de cada dia, né, era difícil, né? Deus deu a vitória de viver com os pais da gente até que... Deus chamou. Mas de primeiro era assim: era, hoje era trabalhando para mim, amanhã para fulano, depois para ciclano, depois pelejando para arranjar um emprego. Um dia de farinha, um dia de feijão, outro dia de arroz. Para aqueles que tinham. Não era todo mundo que tinha isso, né? (Dona Dina - Geraldina Borges da Conceição Santos - camponesa assentada no Assentamento Tapera, dez. 2007).

Pelo relato da Dona Dina é possível perceber a condição precária a que estava submetida parcela considerável destes moradores⁶. Inicialmente, tal precariedade pode parecer incompreensível, na medida em que eram cerca de 50 famílias em uma área de mais de 18 mil hectares, vivendo do cultivo dos víveres. Porém, tal incompreensão é apenas aparente. A partir do momento em que consideramos a forma, as condições e o conteúdo do trabalho destes camponeses.

A maioria das famílias, com o emprego da força de trabalho de todos os membros, direta ou indiretamente, sob regime de parceria, deveria plantar e, após um pequeno período (duas ou três colheitas no máximo) era obrigada a mudar de área deixando o pasto formado. A área dos cultivos destinados às famílias era restrita ao quintal das casas erguidas normalmente pelas mãos dos seus moradores. A produção além de muito restrita, por vezes era entregue ao “Major” por cumprimento de meia, terça, entre outras, ou em troca de mercadorias trazidas das cidades próximas e produtos os quais os trabalhadores não tinham o direito de produzir. Esse foi um controle exercido sobre as famílias para que essas se tornassem cada vez mais dependentes das relações com o proprietário da fazenda. A estratégia consistia em impedir que estes, ao alcançar boa quantidade na produção, se vissem fortalecidos para criar algum tipo de autonomia. Ou, ainda, obrigando-os a consumirem seus estoques de alimentos postos à venda ao preço estipulado pelo Major. Além de que, pelo fato de destinar terras pequenas para o cultivo pessoal, o Major criava as condições de dar privilégio para os “privilegiados do major”. Podemos perceber por meio do fragmento do que foi dito por Dona Dina, está explícita a necessidade de um sobretrabalho em outros lugares como forma de atender as necessidades mínimas de vida. Devido aos limites impostos ao direito de cultivo, e por conseqüência de criação dos animais, a família além de trabalhar para o Major, muitas vezes em troca do direito de morar em suas terras, se viam compelidos ao sobretrabalho em outras fazendas para garantir o sustento básico da família. Em vistoria à Fazenda, em 30 de dezembro de 1986, técnicos do INCRA registravam que o tamanho das áreas

⁶ Segundo o que contam os camponeses do Tapera havia uma divisão interna na fazenda: entre aqueles que cuidavam do gado – os vaqueiros - e os trabalhadores das outras funções. Aos vaqueiros e suas famílias estavam postas condições especiais como área maior para o roçado, enquanto para os trabalhadores de funções como a do roçado, plantio de roças para a fazenda, entre outras, as condições estavam bem mais limitadas, inclusive com a vigilância e denúncia de alguns dos primeiros.

de manejo dos camponeses⁷ não passavam de três hectares, o que já revela um dos limites impostos aos camponeses agregados à fazenda.

“Não existe nenhum plantio ou lavoura na fazenda a nível econômico por parte do proprietário, merecendo uma ressalva, do plantio de culturas como arroz, mandioca, milho e pomares, em pequenas proporções e para uso doméstico dos moradores da fazenda, sendo que essas áreas variam de 0,5 a 3,0 ha. por morador numa faixa média de 117ha.” (INCRA, 1986,fl.08)

Essa era uma estratégia de controle exercida sobre as famílias para que essas se tornassem cada vez mais dependentes das relações com o proprietário da fazenda. A estratégia consistia em impedir que estes, ao alcançar boa quantidade na produção, se vissem fortalecidos para criar algum tipo de autonomia ao mesmo tempo em que produzia nos moradores da Tapera o endividamento que os mantinha em condição sempre precária na relação existente. Podemos perceber, por meio do fragmento do que foi dito por dona Dina, que por vezes era necessário o exercício de um *sobretabalho* em outras propriedades como forma de atender às necessidades mínimas de vida das famílias camponesas que ali se estabeleciam. Necessidade esta advinda, em grande medida, dos limites impostos ao direito de cultivo, e por conseqüência de criação dos animais, o que possibilitaria aos agregados condições mais apropriadas para o sustento básico da família.

No entanto, dentro das precariedades que estas condições de vida comportaram, a Fazenda Tapera tinha para estes moradores a condição de lugar e, ainda que de maneira frágil, de território, que eles conheciam, dominavam e reproduziam a sua vida. Nesse sentido, desenvolviam suas atividades e se reproduziam, de maneira rica, para além dos limites impostos pela condição que lhes imputavam a propriedade privada e pelas relações construídas com o proprietário das terras e, ainda, pelas condições naturais específicas daquele lugar. Riqueza que pode ser percebida hoje pelo domínio e conhecimento do cerrado e da capacidade de “retirar” dele, sabiamente, os elementos que compõem suas histórias, seu conhecimento: o saber reconhecer o que é remédio e o que é veneno, o que entra na dieta alimentar, o que é para roçar e o que é planta para deixar crescer. Saber e cultura que se formaram na produção de um espaço que contém a história (o tempo) (LEFEBVRE, 1986) que, no limite, é o da reprodução da vida daquelas famílias. Atrêm-se o espaço e a história, portanto, o que podemos observar é a produção do espaço como resultante da atividade humana, onde a história se registra de maneira sutil, mas, visível para além do aparente.

Para alguns o lugar significava (como ainda significa) parte de sua própria vida, bem como, sua existência faz parte da história do lugar. Alguns dos camponeses que hoje estão assentados no Tapera nasceram e se criaram na Fazenda Tapera. Mas quase todos relatam que seus pais e avós viveram ali toda uma vida. Essas informações podem ser atestadas pelas anotações do INCRA (1986)⁸ quando da relação dos (das) chefes de famílias que pleiteavam o reconhecimento do seu direito às terras. Quando perguntados sobre a idade e o tempo de moradia nas terras, por vezes as duas datas eram as mesmas como veremos na Tabela 01.

Mas se pela história e descendência dos atuais moradores do Assentamento Tapera é possível perceber que lá estes estão há mais de um século, neste período a propriedade e/ou posse efetiva da terra mudou de mãos muitas vezes e, de acordo com os relatos dos moradores como registrou o INCRA⁹

“segundo o Sr. Chico o primeiro fazendeiro foi Saraiva, ainda no tempo da escravidão. Depois veio o tal João Figueiredo, ‘sujeito muito envexado, tinha muitos jagunços e mandava matar’. Em seguida passou para o Júlio Guimarães, baiano, casado com D. Oliva, a quem todos chamavam de Iaiá. Antes de morrer passou para o seu irmão, José Guimarães, tratado por Juca. De Juca passou para D. Clarice, a viúva, que depois casou com Dr. Carlos, o agrimensor. Foi este agrimensor que mediu a fazenda, na época da demarcação e ajudou a ampliar os limites da fazenda que passou a medir 20.482 ha. O Major, foi o último dono, antes de vender, em 1988, para a Sicafe INCRA (2003:20).

Em cada mudança de dono os camponeses não saíram da terra, sendo que lá permaneceram mesmo que a terra fosse vendida, como se fizessem parte do patrimônio da fazenda, sendo que muitas vezes sequer sabiam do processo de venda, conforme relatado por muitos moradores. Como as atividades econômicas desenvolvidas na fazenda requisitavam força de trabalho (a qual era originária desses camponeses agregados à fazenda), estes eram, como a terra, repassados de um proprietário a outro. Assim, os camponeses foram sendo vendidos junto com a terra, o que se os *coisificavam* na relação com a propriedade e, por outro lado, revela o que estava implícito: o vínculo no e com o lugar, o que revela que se pertenciam ao lugar, este também os

⁷ Aos quais o proprietário denominava arrendatários, segundo registros do INCRA, para desqualificar suas condições de trabalhadores rurais camponeses ligados à sua fazenda e, portanto negando a relação trabalhista.

⁸ INCRA - Processo de obtenção do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras (ou Assentamento Tapera) nas folhas 09 e 10 – arquivo interno.

⁹ INCRA (2003) **Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária** (Contrato de Empréstimo nº1248/OC-BR) – Plano de Consolidação do Assentamento - PCA Tapera, documento interno dos arquivos do INCRA.

pertenciam, condição em torno qual se organizaram e lutaram. A tabela seguinte demonstra parte os camponeses registrados pelo INCRA quando da vistoria em 1986 para desapropriação de parte da Fazenda Tapera.

TABELA 01

Fragmento da lista de pessoas cadastradas pelo INCRA na vistoria da Fazenda Tapera¹⁰ 1986.

<i>Morador</i>	<i>Idade</i>	<i>Tempo de Moradia</i>
Sebastião Silva	28	28
Antônio O. Silva	25	25
Joaquim Barbosa dos Santos	35	35
José Borges da Silva	66	66
João Borges da Silva	42	42
José Ferreira dos Reis	55	55

Fonte: INCRA (1986)– Processo de Obtenção do Assentamento Tapera p. 09, 10.

Entre os elementos importantes nesta tabela é possível perceber, pela repetição dos sobrenomes Santos e Silva, a forte ligação de parentesco existente no Assentamento Tapera. Entre as famílias mais jovens e aquelas compostas pelas pessoas mais velhas, está clara a relação entre tios e sobrinhos, irmãos e primos. “A origem da maioria dos moradores vem de três famílias que moravam no Lobeiro, Mandacaru e Tamanduá. O Senhor Chico¹¹, negro, com 83 anos, era o mais velho, cujos pais e avós nasceram na fazenda com origem ainda no tempo da escravidão. (INCRA, 2003:20) Apesar de não serem apenas famílias parentas (porque na sua constituição o Tapera acolheu outros camponeses das suas relações, uma vez que muitos dos que estavam nas terras da fazenda não terem saído das suas casas para encampar a luta e outras optaram por saírem da fazenda em direção à Riacho dos Machados e outras cidades vizinhas), nota-se um predomínio das relações de parentesco que se constituíram ao longo da história daqueles camponeses e as que se constituem, atualmente, com as novas uniões entre pessoas de famílias que já estavam historicamente instalados ali e famílias ‘acolhidas’¹² no assentamento. Alguns exemplos dessa acolhida podem ser observados, como a chegada do Custódio morador atual do Tapera que conta:

“Então, através disso eu contribuía, porque fui coordenador de comunidade também, religiosa, eu contribuía com a luta deles, às vezes, tanto no movimento aqui, como às vezes fora, por exemplo, eu lembro que a gente teve uma caminhada em Porteirinha, no dia do Trabalho, sabe? Denunciando mesmo, essa não aceitação deles como posseiros, então era dessa forma que a gente contribuía. Até que eles venceram essa luta aqui. (...) E aí ficou faltando alguns lotes e, em conversa com algumas pessoas da coordenação daqui, eu perguntei se eu não enquadrava. Falaram que, segundo o que eles conheciam, que enquadrava, mas, que eles iam trazer a proposta para a associação para eles analisarem a proposta. Trouxeram a proposta, analisaram aí deu que eu enquadrava e tal. Eu passei por algumas perguntas da diretoria, que eles tinham algumas perguntas, já escritas que eles faziam para as pessoas que estavam interessadas nos lotes. Aí eles fizeram essas perguntas para mim, aí eles acharam que eu era interessante de estar participando aqui”. (Custódio Camilo do Carmo, em entrevista à autora em dezembro de 2007).

A venda da fazenda, estava contextualizada em uma desestruturação mais ampla das relações construídas no Norte Mineiro, envolvido diretamente, a partir do final da década de 1960, na produção de carvão vegetal como energia para abastecer o complexo siderúrgico do estado. Foi neste contexto que se deu a expansão dos eucaliptais que, naquele território, significou a nova forma de espacialização do capital. Nas novas condições de desenvolvimento (im)postas para e pelo capital já não cabiam mais aquelas relações de trabalho até então vigentes na velha Tapera, em que a atividade principal demandava a reprodução dos trabalhadores nas terras de cultivo e pastoreio como um dispositivo de reprodução a baixo custo. Não que a atividade nova do plantio, corte e queima do eucalipto não admita relações tão arcaicas, como já demonstrou Oliveira (2007), quanto as que estavam postas na Fazenda Tapera. Mas o avanço dessa renovada espacialização do grande capital no território norte mineiro provocou a reprodução e a redefinição das estratégias da (re)existência camponesa. Ainda que as famílias da Fazenda Tapera vivessem pressionadas pelo acesso limitado à terra e pela extremada exploração do trabalho, viviam uma relação que conheciam e

¹⁰ Nesse caso optamos por registrar apenas os moradores os quais tinham coincidência entre a idade e o tempo de moradia. Uma característica que aparece entre os nomes cadastrados os sobrenomes ‘Silva’ e ‘Santos’ representam juntos 65%, aproximadamente, do total do cadastro.

¹¹ Pais de Dona Dina, Joanhina e Aninha.

¹² A preferência pelo uso do termo ‘famílias acolhidas’ é pelo fato de não ter nenhuma família que viva, hoje, no Tapera, que não fosse conhecida e participante das relações das famílias camponesas moradoras da Fazenda Tapera, anteriores ao assentamento. A maioria *dos de fora* foi convidada a viver no Assentamento Tapera pelas famílias originárias do lugar.

dominavam seus códigos. Na iminência da ruptura dessa relativa estabilidade. Diante da ameaça à essa estabilidade, buscaram se organizar como coletividade, embrião do qual se desenvolveria a luta pelo direito à terra.

Nestes termos, pode-se afirmar que, no caso do Assentamento Tapera, a luta pela terra de reprodução camponesa teve sua origem naquilo que a impossibilitou. A impossibilidade carrega em si o seu contrário e traz à tona toda a complexidade do processo. Somente a partir da provável expulsão da terra, ou seja, da negação daquilo que tinham historicamente como fundamento para sua reprodução, foi que os camponeses que já viviam condições precárias descobriram a possibilidade de se fortalecerem na e pela relação com a terra. Quando questionaram a eminente expulsão o fizeram não apenas reivindicando o que já tinham, mas o que poderiam alcançar. Reivindicaram o lugar não como *topia*, mas como *utopia*, como o lugar inscrito no possível. O possível como resistência.

O Camponês do Assentamento Rural Tapera.

O assentamento rural Tapera tem seu fundamento no processo de luta dos trabalhadores rurais meeiros¹³ que, no (des)envolvimento do lugar¹⁴, viram-se na eminência de serem *desterritorializados*¹⁵. Para Mendras (1978) a primeira característica que se pode observar, de modo geral, no camponês é uma identificação com a terra pela emoção. O camponês, acima de tudo, ama a terra. A terra para ele tem significado de liberdade, de altivez dando as primeiras condições para a cidadania. O amor pela terra não o é por qualquer terra, é pela terra na qual ele tem parte da sua história e que, geralmente, tem nela as grafias dos seus antepassados. Estando na terra e trabalhando-a, o camponês sente-se como continuidade na construção da história familiar.

Chanin (1980:69) afirma que qualquer que seja a sociedade na qual o camponês operar, sofrerá os reflexos das suas *“especificidades de características sociais e econômicas”*. Estes não se dissolvem, não se dicotomizam em *“empresários capitalistas e trabalhadores assalariados”* nem mesmo são *“pauperizados”* simplesmente (ibidem: 58). Persistem, transformam-se, vinculam-se ao capitalismo que os pressionam, mas não desaparecem. O camponês e suas atividades estão atrelados às relações que este constrói em um determinado espaço e nas especificidades desse espaço, obedecendo a uma trama de comportamentos definidos pela interação de forças e poder, bem como pelo uso e sentimento de pertencimento. Trata-se de um indivíduo que se reconhece no convívio social e na sua produção material e imaterial *“A agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco”*¹⁶ (WANDERLEY, 1996). Portanto, é o camponês, um ser social e histórico. Que tem na sua relação com outros e com a natureza o princípio fundante da sua existência e do modo de vida. Pode-se afirmar, a respeito do Assentamento Tapera que o mesmo está inscrito (e, portanto, se identifica em ampla medida) no mesmo processo histórico de luta, cujo fundamento baseia-se no acesso e/ou reconhecimento social. Porém, como em todo lugar, há algo que o especifica e, neste sentido o caracteriza. Trata-se da compreensão pelos moradores da necessidade de valorização e “resgate” da cultura *geraizeira*, como fundamento de resistência. O que alicerça a importância desse resgate e valorização dos saberes camponeses construídos pelo trabalho, vivência com/na terra naquele *território-lugar*, é a busca da manutenção e resistência de uma identidade radicada no território, no lugar, capaz de construir e reforçar o sentimento de pertencimento ao Tapera. E, a partir dele, mobilizar aqueles camponeses envolvidos nos processos históricos da *“complexidade”* social.

¹³ O meeiro, condição do agregado de fazenda, constituído na transição do regime de trabalho escravo para o trabalhador “livre” (MARTINS, 2004:59-75, 8ª ed.), permaneceu até meados do século XX, quando da modernização da produção no campo como uma das principais maneiras de se produzir a riqueza nas fazendas. A esses era permitida a moradia e o plantio nas terras alheias, na sob o compromisso de dividir o fruto do seu trabalho com o proprietário da terra. Essa foi uma condição imposta ao camponês que tem suas origens no início do século XIX, superando a Lei de Terras e adentra o século XX como produção da riqueza no campo (MARTINS, 1983:34-40).

¹⁴ A agricultura familiar camponesa é profundamente inserida em um lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve nas relações de sociabilidade específica, que ultrapassam a ligações familiares e de parentesco.

¹⁵ A desterritorialização segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005) ocorre a partir da constituição de um movimento socioterritorial que se constitui a partir dos processos de territorialização que pressupõe uma anterior desterritorialização. São vários os motivos que podem provocar essa desterritorialização: desde as construções de barragens e abertura de estradas (pela intervenção do Estado), até ações de particulares que se interessam por áreas “promissoras” da produção e acumulação da riqueza que ainda não tenham sido integradas ao processo de produção/exploração capitalista e que provoca a expulsão de pequenos ou de grandes grupos tradicionalmente enraizados em determinado espaço.

¹⁶ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO, XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996 in <http://gipaf.cnpia.embrapa.br/publicacoesartigos-e-trabalhosnazareth96-1.pdf>

O camponês norte-mineiro, com a sua cultura resultante da adaptação às condições do cerrado “das gerais” e da superação das adversidades, tem suas características intimamente ligadas ao território, que é o que lhe proporciona as condições da construção da sua identidade (HAESBAERT, 1997), que o diferencia no sentido da *alteridade*, no sentido que distingue o *nós e o outro*, o de dentro e de fora (o forasteiro). Essa ligação com o território (num sentido quase de Lugar) é o que dá ao camponês do norte de Minas a dimensão da espacialização das suas relações e uma “*apropriação simbólica em nível de local (que poderíamos denominar de território-lugar)*” (HAESBAERT, 1997:263). Nessa reprodução da riqueza encontra-se algo muito mais rico e diverso que é a reprodução da vida que está para além da produção econômica e é sempre mais rica do que aquilo que os nossos sentidos podem perceber e, portanto, mais rico que aquilo que a ciência alcança nas suas discussões e modelos. Por isso, com a consciência de que as considerações e registros que faremos serão sempre aquém da complexidade do real, passaremos a tratar dos sujeitos que constituem o Tapera. Não é incomum, entre tais sujeitos, o planejamento das atividades do ano que compõe um calendário específico, a partir dos saberes históricos que possuem. João Franco, ao explicar qual o momento do preparo da terra para o plantio, diz que “*a fruta da cagaita*¹⁷ *não cai na poeira*”, o que para o camponês é um dos indicativos da chuva que chega. Assim, se a árvore da cagaita deu fruto é bom preparar a terra e na primeira chuva jogar a semente na terra. Mas conhecer e ler os indícios da natureza não garantia de acertos constantes. Além da primeira chuva, aquela que viabiliza o plantio, é também necessária, a segunda, depois da florada, como explica outro camponês:

“Caindo a segunda chuva, aí é sem dó, a fartura vem mesmo (...). Olha aí o feijão, ó. Se Deus mandar a chuva... olha como é que está ficando esse feijão... Olha, moça isso aqui, agora não, porque olha para você ver, mas isso aqui só, dali até aqui e até ali assim, isso era dezesseis sacos de feijão moça! (João Tiú, dez/2007).

É do conhecimento e do respeito às condições naturais e em equilíbrio com elas, que o camponês desenvolve estratégias que lhes permitem maiores colheitas e farturas, por exemplo, com o plantio de sementes (principalmente de milho e feijão) de tempos diferentes de colheita em consórcio. Assim, em curto período de chuvas é possível colher mais um tipo de grão. Mas se a chuva for escassa por um ou dois anos, porque se trata de região de irregularidade hídrica, a estratégia é outra: diversifica-se o plantio de culturas, como a mandioca, o inhame, frutas etc., como garantia da autonomia alimentar. Essa autonomia alimentar torna-se o pilar de sustentação da autonomia do camponês nas suas relações econômica, política e socialmente. Isso porque, seguro de sua despensa cheia, não se deixa subjugar. Além de, nos anos de fartura, fazer a previsão de alimentos e sementes para dois ou três anos, como forma de garantirem que o período de estiagem não seja sinônimo de escassez de alimentos. E, além destes, muitos outros saberes, como a redução de animais antes do início do período da seca, uso de plantas do cerrado para alimento dos animais e a domesticação de algumas dessas espécies, entre outras. O resultado positivo das atividades desenvolvidas em cada lote pode ser observado tanto nas melhorias das casas, no vigor das plantações, na diversidade de cultivo e de atividades, na qualidade da produção e, especialmente, na confiança que o camponês tem no seu trabalho e na sua capacidade decidir sobre seu destino.

*“O CAA*¹⁸ *que ... Durante a luta, lutou junto com a gente. Aí o CAA, falou assim: oh, vamos fazer um projeto sem comprar adubo químico, sem comprar veneno químico, nem nada. Aí ele fez o projeto, nós entramos com o projeto no banco, ele não aceitou, em 96. Aí quando foi... nós falamos assim: nós não vamos abrir mão. Batemos o pé mesmo que não íamos abrir mesmo não. Quando foi em 97 aí ele falou assim: vamos fazer uma experiência. Se der certo bom; se não der certo nós cortamos. Aí, graças a Deus deu certo. O Assentamento da Tapera deu certo de trabalhar. Porque o que a gente plantava aqui era capim, tipo de gado, não era para a gente plantar nem milho nem feijão, muitas vezes podia plantar mandioca, cana, mamona e algodão. Aí nós falamos: isso nós não queremos. O quê que nós vamos fazer com isso? Nós não comemos nem mamona nem algodão. Nós comemos milho, feijão, cana e mandioca. A gente não vai... porque, graças a Deus, que a gente fez aquela coisa e deu certo, porque se não fosse, hoje nós tava com a cara quebrada. Mas quando trabalha com fé em Deus é muito bom. Porque a gente fica... tem crédito e tem palavra. Porque a gente fica assim: oh, vocês precisam ganhar a credibilidade e vê se dá certo ou não; e é isso que nós estamos fazendo. E graças a Deus nós, até hoje, não precisa de veneno, na precisa de adubo químico, para plantar e colher né? Então foi muito bom”. (Zé Pereira dez/07)*

¹⁷ Fruto de sabor cítrico, típica do cerrado que amadurece pouco antes do início das chuvas e da qual se faz saborosos suco.

¹⁸ Cento de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM – Organização Não Governamental de apoio técnico e político aos “pequenos agricultores” do Norte de Minas Gerais, criado pela articulação de camponeses na década de 1980, para divulgar e promover a aplicação das técnicas agroecológicas como ferramenta de maior produtividade e de maior autonomia do camponês em relação ao consumo de insumos industrializados que tendem a aprisionar os pequenos produtores rurais tirando-lhes a mais valia produtiva.

Para considerarmos a produção no Assentamento Rural Tapera é necessário que verifiquemos, esta está relacionada com a capacidade de manter e melhorar a vida da família a partir dos fundamentos de seus saberes e, portanto, o quanto mais possível, autônomo. Nestes termos, produzir a qualquer custo não é o objetivo do agricultor. A escolha das técnicas de produção tem, nesse sentido, fundamental importância. Portanto, o objetivo de se produzir mantendo um equilíbrio ecológico é uma estratégia de garantir o maior sucesso de uma safra, mas também, as melhores condições para os anos seguintes. Neste contexto os princípios da agroecologia promovidos pelo CAA/NM se somam aos conhecimentos tradicionais dos camponeses e os fortalece na medida em que lhes fornece ferramentas metodológicas que os liberta da relação desvantajosa com o mercado. E a relação com o mercado passa a ser pensada como estratégia de produção e rendimento. As estratégias produtivas e o envolvimento da família objetivam proteger, o quanto possível, a economia camponesa, contudo, ganha um significado político e moral a partir do momento no qual o camponês se fortalece como tal.

“Hoje eu vou te falar, eu nem tô sabendo falar com ocê o que que significa a tapera pra mim. Porque a Tapera hoje, pra mim, tá parecendo que é um sonho. Tudo que eu já vi e o que eu já passei e o que eu sou hoje... então eu vou contar procê que é um sonho, eu não sei nem informar o que é esta Tapera para mim não. (...)e é dessa maneira que ta essa vida minha, tá uma riqueza, não tá? João Tiú tá rico! Rico, rico, rico, rico, riquíssimo!”

(João Mendes Carvalho - João Tiú em entrevista à autora em dez/2007)

Às vezes eu estou em num lugar fora aí, Porteirinha, algum lugar e eu ouço assim: Oh, moço eu vi passando um lugar tão bonito aí. Aonde? Tapera. Por que Tapera está assim? Aí eles te perguntam para saber o porquê que o Tapera está lá em Brasília. Aí a gente começa chorar.... que a gente está grande, que a gente está crescendo, cresceu bastante.(...)

É boa coisa, né, a gente saber que está trabalhando, saber que a terra é da gente, saber que você não vai ter que sair por aí, saber que você não vai precisar ir lá fora para comprar nada da mão dos outros, só se for da gente, coisas que contém até agrotóxico, levar para a casa da gente uma coisa que é agroecológica. Eu acho, assim, que isso tem grande significado na vida da gente, né? (...) Só da gente saber que é onde a gente nasceu, onde a gente viveu, onde está vivendo toda a família da gente: irmão pai, avô, todo mundo está sendo criado aqui. Mesmo quem veio de fora, mas hoje, parece que é da família, né? Significa que é uma luta aqui da gente, né, a terra para ser da gente, a gente tem que... a gente desde quando nasceu está aqui, a gente não saiu para morar fora, a gente ficou aqui mesmo. E que uma grande coisa é que meus filhos podem ser bem criados, assentados aqui também. Trabalhar na roça. (Chicão em entrevista à autora dez 2007)

Portanto, as atividades camponesas têm grande importância na sua condição econômica, mas não se limita a esta. As atividades desenvolvidas pelas famílias vão atingir a construção mais ampla do camponês, definindo sua relação com a terra. O camponês, aquele que não se deixa desenraizar da terra, que luta pela terra, tem nela o seu sentido de vida.

Portanto, a luta pela terra e pela manutenção na terra é própria de quem se identifica com a terra e tem seu sentido. As relações que a família camponesa conhece e domina tem como princípio o trabalho na terra, a organização e a hierarquia das atividades configuram-se na organização e hierarquia, também, do território. Ao se posicionarem estrategicamente frente às relações internas e externas, individual ou coletivamente, os camponeses do Tapera buscam garantir seu “domínio” territorial e, a partir desse domínio influenciar as decisões de maneira vantajosa para as pessoas do Tapera. Desse modo, a existência desses camponeses não é ingênua e nem se limita ao interior do território. A postura desses sujeitos é política e busca reconhecimento social com o objetivo de conduzir, o quanto for possível, a realização do seu destino.

O camponês contemporâneo traz consigo a história de seus antepassados, as pressões, as expropriações e acúmulo das formas de resistência, às vezes silenciosas às vezes manifestas, mas, com o mesmo sentido o de resistência de uma condição camponesa. Condição esta, que só pode existir na terra, no conjunto da família e nas relações constituídas a partir do conhecimento histórico e social do camponês. O trabalho, para o camponês, ainda contém o sentido da obra e, portanto, este se reconhece e se fortalece na sua criação, como algo que lhe sentido e a esperança do *dever* (nos termos de LEFEBVRE, 1967). As dimensões do seu território têm amplitude da sua apropriação, da sua *práxis* na condição de ser social.

Bibliografia:

- BEDIM, Bruno (2007), **O Processo de Intervenção Social do Turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”**; dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Geociências da UFMG, junho/1007.
- CÂNDIDO, Antonio (1987), **Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista**, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 7ª ed.
- CHANIN, Teodor (1980), **Trabalho e Dominação** – Estudos CEBRAP n° 26, Petrópolis, Ed. Vozes.
- CHAYANOV, Alexander V. (1974), **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision.
- DAYREL, Carlos Alberto (2000), Os Geraizeiros Descem a Serra ou a agricultura de Quem não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness, *in* **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**, Cláudia Diniz e Carlos Dairrel (org.), Montes Claros (MG), Max Gráfica e Editora Ltda., pág.189 a 272.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (2005), **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**, Observatorio Social de América Latina. , v.16, p.273 – 284. Buenos Aires: CLACSO.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto (2000), **As Minas e os Gerais: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**, *in* Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade, org. Cláudia Luz e Carlos Dayrell, Montes Claros, edição comemorativa dos 15 anos do CAA – NM, pág. 19-45.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto (2000), **Amazônia, Amazônias**, São Paulo, ed. Contexto, 2001.
- HAESBAERT, Rogério (1997) **Des-territorialização e Identidade: a rede gaúcha no Nordeste**, Niterói, EDUFF.
- INCRA, (1986) Processo de obtenção do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras (ou Assentamento Tapera) nas folhas 09 e 10 – arquivo interno.
- INCRA (2003) **Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária** (Contrato de Empréstimo n°1248/OC-BR) – Plano de Consolidação do Assentamento - PCA Tapera, documento interno dos arquivos do INCRA.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972. nv
- LEFEBVRE, Henri (1967), **Metafilosofia**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1986), **La Production de L’Espace**, Paris, Copyringt Editions Antropos, 3ª ed. Com apoio em tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio M. Martins (2006-2007).
- LEFEBVRE, Henri (1999), **A revolução urbana**, (Trad.) MARTINS, Sérgio, Belo Horizonte: Editora da UFMG,
- LÊNIN, Vladimir (1982), **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**, trad. José Paulo Neto, São Paulo, Abril Cultural.
- MARTINS, José de Souza (1983), **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**, Petrópolis, Vozes, 2ª ed.
- _____. (2008), **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e história na modernidade anômala**, São Paulo, Contexto.
- MENDRAS, Henri (1978). **Sociedades camponesas**, trad. Maria José da Silveira Lindoso, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (2001), **A agricultura no Brasil**, São Paulo, Contexto.
- OLIVEIRA, Maria Diana de (2007), **A (re)produção do espaço e a prática “política” do movimento ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)**, dissertação de Mestrado apresentada em agosto, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, IGC/UFMG. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira (2000), **História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo**, *in* Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade, org. Cláudia Luz e Carlos Dayrell, Montes Claros, edição comemorativa dos 15 anos do CAA – NM, pág. 47 – 106.
- RIBEIRO, Darcy (2006). **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazetto (2006) **Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**, Tese de Doutorado apresentada pelo Departamento de Geografia Universidade Federal Fluminense Niterói/RJ, março de 2006.
- WANDERLEY, Maria Nazareth B. (1996), **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17 - processos sociais agrários. Caxambu, outubro de 1996.

Sítios visitados

<http://www.caanm.org.br>, *Curriculum* CAA 2 – 2007, visita em 08/04/08.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377121.shtml>, visita em 03/03/08.

<http://www.cptnac.org.br>, visita em 29/05/08

<http://www.usp.br> visita 2007 e 2008

<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp> visita julho 08

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br> visita em 2007 e 2008.

<http://www.clacso.ar> visita em dezembro 2008

http://www.cultura.ufpa.br/cagro/pdfs/AA_selecao/2009/raizes_historicas.pdf visita em fevereiro 2009.